



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

REFORMAS EDUCACIONAIS PÓS-1990: considerações sobre a produção de pesquisadores-intelectuais (2000-2018)¹

Rosana Maria de Souza Alves (UFRJ-UFMA) - rosanamaria@ifma.edu.br

RESUMO

Partindo da interrogação acerca de como o campo educacional tem produzido e interpretado o fenômeno das reformas educacionais brasileiras a partir dos anos 1990, o estudo objetiva examinar o comparecimento da temática nas publicações realizadas por pesquisadores-intelectuais no período de 2000 a 2018. Indo além das análises que as interpretam estritamente em termos de sucesso ou fracasso, proponho construir uma inteligibilidade para as lutas sociais pela definição da *escola ideal* (VIDAL, 2007), que vem sendo constantemente atualizadas e se apresentam nos embates em torno da legislação. Nesse sentido, tão importante quanto enfatizar as intencionalidades governamentais, afigura-se a preocupação em realçar que tais processos são marcados por procedimentos de resistência, de tensão, de adesão parcial, de apropriação que emergem a partir das experiências dos sujeitos sociais (CHARTIER, 1990; THOMPSON, 1981). Para problematizar essas experiências, utilizo como fontes as teses e dissertações publicadas pela CAPES, os anais dos congressos da ANPED e SBHE, e os artigos disponibilizados na base SciELO. A confrontação dessas narrativas justifica-se pela problematização das lutas desencadeadas a partir dos dispositivos legais e do cotidiano escolar, cujo debate encontra-se ligado ao papel desempenhado pela circulação de ideias no campo, tido como espaço de legitimação de saberes e de práticas educacionais em disputa. O levantamento revelou que, predominantemente, a literatura nacional consiste de ensaios e estudos de caso. Tem crescido a preocupação com as avaliações em larga escala, a formação de professores/trabalho docente e as políticas para o ensino médio. As pesquisas que relacionam o movimento reformista mais amplo à emergência de políticas específicas vêm ganhando força, o que pode sinalizar para a superação das concepções que homogeneizam os pressupostos e efeitos de todas as políticas educacionais. Alguns estudos relacionaram reformas brasileiras e estrangeiras ou confrontaram as reformas nacionais aos contornos assumidos nos diferentes estados. Aumentou a preocupação em analisar o discurso como elemento que atua na construção do fenômeno, partindo da consciência de que, para funcionar, as reformas precisam encontrar justificativa e respaldo nos costumes (THOMPSON, 1987). Em caráter conclusivo, aponto que o estudo sobre as estratégias utilizadas na busca pela formação de consensos, aliado à compreensão acerca das racionalidades que sustentam os enunciados das propostas renovadoras contribuem para a compreensão das reformas como *práticas que envolvem saberes e poderes* em permanente disputa na arena política, econômica, social e educacional.

Palavras-chave: Reformas educacionais. Escola ideal. Pesquisadores-intelectuais.

¹ Este artigo é parte da pesquisa de doutorado em andamento, intitulada “Na arena das reformas educacionais: a experiência legislativa e os esforços para (re)inventar a escola (2014-2018)”, vinculada ao PPGE/UFRJ, sob a orientação de José Cláudio Sooma Silva.



XII ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

1 INTRODUÇÃO

Sábio, erudito, filósofo, sacerdote, homem de letras, cientista, professor, qual dessas acepções define o intelectual? Que funções, características e objetos de dedicação podem identificá-lo? Segundo Correia (2015, p. 395), quando se recorre à reconstituição histórica do termo “intelectual” percebe-se que seu uso enquanto vocábulo é relativamente recente. Para o autor, mais que diferenças de nomenclaturas, a acepção moderna tomou o termo e o empregou no sentido específico do indivíduo não só produtor de ideias como, também, um ator social envolvido com as questões políticas de seu tempo.

Nesse sentido, é possível afirmar que o engajamento como condição social do intelectual é um fenômeno típico da modernidade (CORREIA, 2015, p. 395). Por outro lado, foi também a partir desse período que o intelectual tornou-se matéria-prima de observações filosóficas, sociológicas e historiográficas, constituindo-se como um problema a ser investigado pelos diferentes campos das ciências humanas.

Nota-se, portanto, que o campo de investigações em torno desses agentes é relativamente recente, podendo-se inclusive afirmar que está ainda em construção. De acordo com Sirinelli (2003, p. 233), o estudo histórico dos intelectuais permaneceu por muito tempo esquecido entre a corporação de historiadores. As causas de tal situação participam de dois fenômenos de natureza bem diferente. O primeiro remete ao *status* complexo da história política - e, mais ainda, da história política do passado próximo. O segundo é mais específico e tem a ver com os problemas próprios da história dos intelectuais na cidade.

No primeiro caso, um dos motivos apontados para esse processo de suspeição deu-se por conta de uma estreita vinculação entre a história dos intelectuais e a história política. Tal preconceito, entre outras questões, esteve direcionado especialmente àqueles historiadores que se dedicavam a investigar o passado (político) recente, haja vista o forte teor ideológico, na qual o pesquisador, mal ou bem um intelectual ele próprio, está imerso.

Relegada aos olhares dos “jornalistas” da “história imediata”, o estudo do contemporâneo também esbarrava nas dificuldades advindas de uma época em que a história, mesmo cultural, devia ser serial ou não podia aspirar a uma verdadeira dignidade científica (SIRINELLI, 2003, p. 235). Por outro lado, num período em que só a longa ou a média duração



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

permitiriam abordagens férteis e aberturas conceituais, para quem se aventurava a estudar a ação dos intelectuais, também surgia o problema de seu papel e de seu "poder".

Teriam os intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento? Para Sirinelli (2003, p. 236), uma pergunta assim formulada, teria bastado, em certas décadas, para desqualificar quem a fizesse. Soma-se a isso certo mal-entendido entre a história dos intelectuais e a história das ideias políticas, assim como a história da cultura política, assimiladas por uma parte da historiografia à "história das ideias" muitas vezes limitada a uma visão taxonômica do movimento intelectual.

Apesar dessas dificuldades, em meados da década de 1970 as pesquisas em andamento ou já publicadas foram, aos poucos, merecendo o interesse dos historiadores. Essa "jovem dignidade" conquistada foi favorecida pelos estudos que demonstravam a inevitabilidade da inserção do historiador tanto em seu próprio país como na época em que vive, ele próprio pertencendo, inclusive, ao meio intelectual. Apesar do reconhecimento dos possíveis riscos advindos desse envolvimento, coube aos historiadores tomar plena consciência da situação, assumindo-a, a fim de avaliá-la.

Diante desse movimento, aquela pergunta durante muito tempo desacreditada retorna e se apresenta como um terreno fértil de possibilidades investigativas: os intelectuais influem na vida das sociedades, seja para o bem, seja para o mal? (SIRINELLI, 2003, p. 241). A questão do poder do intelectual passa a ser, portanto, recolocada.

Outra necessidade advinda do alcance da legitimidade desse campo epistêmico tem se apresentado através do questionamento acerca da "compreensão" e da "extensão" do próprio termo intelectual, haja vista o seu caráter polissêmico. A esse respeito, Sirinelli (2003) irá defender uma definição que pode desembocar em duas acepções:

uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou "mediadores" em potencial, e ainda outras categorias de "receptores" da cultura (SIRINELLI, 2003, p. 242).

No que concerne à segunda definição, baseada na noção de engajamento na vida da cidade, vem sendo considerada mais estreita, embora não seja, no fundo, autônoma da anterior, já que tanto a notoriedade eventual ou a "especialização" do intelectual são reconhecidas pela



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

sociedade em que ele vive e postas a serviço da causa que defende. Exatamente por esta razão, o debate entre as duas definições é um falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Feitos esses apontamentos, retornando à pergunta inicial acerca das múltiplas acepções do termo “intelectual” e àquilo que pode defini-lo, cabe recorrer ao que foi pontuado por Magalhaes (2016). Para ele, ao traçar o perfil do intelectual, uma primeira categoria pode ser identificada: *a ideia*, visto que é impossível que, sem ela, as criações e as ações possam ser postas em prática. Sendo uma condição importante, porém insuficiente, o autor aponta as *criações* como um segundo traço distintivo desses sujeitos, haja vista que sem a criação, não há o objeto da ação intelectual. Por fim, acrescenta a *crítica*, seja a pura e simples precedida de uma descrição do fato, seja aquela mais elaborada em cujo foco está a decomposição de uma narrativa por meio de argumentos contrários (MAGALHAES, 2016, p. 64).

Assim, para o caso desta investigação, considero como intelectuais da educação aqueles sujeitos que se dedicaram à reflexão, interpretação, crítica, criação e, às vezes, intervenção na realidade educacional. A intenção é problematizar o interesse desses sujeitos pela “causa educacional”, examinando os sentidos da escolarização em disputa nas pesquisas por eles realizadas no período de 2000 a 2018.

Ao realizar um exame das publicações veiculadas no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); nas produções dos congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE); e nos artigos da Scientific Electronic Library (SciELO), pretendo indiciar algumas das disputas em torno das reformas educacionais a partir dos anos 1990, que mobilizaram parte da intelectualidade do campo da educação. Tal esforço investigativo aponta para o exame das motivações, laços de pertencimentos, experiências, repertórios mobilizados/criados, tensões produzidas, possíveis engajamentos etc. costurados a partir do uso público da palavra (SILVA, 2009, p. 307), percebida como parte integrante de posicionamentos, conflitos e lutas na arena educacional brasileira.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

2 ESFORÇOS PARA REFORMAR A ESCOLA A PARTIR DOS ANOS 1990

A década de 1990 pode ser apontada como um período em que as reformas educacionais ganharam uma proporção significativa no Brasil, tendo em vista a expansão da escolarização obrigatória aliada à emergência de políticas de gestão e avaliação dos sistemas de ensino. Embora qualquer tentativa de homogeneização do movimento seja limitada e imprecisa, cabe ressaltar um dos sentidos que apresenta em comum: a ideia de *superação de um passado através da educação*. Tal perspectiva, muito em voga na atualidade, não é nova, nem original. De acordo com Faria Filho (2010, p. 7), a necessidade de reformar, fazer de novo, recomeçar tem forte presença quando se pensa em educação, tida historicamente como tábula de salvação social.

Assim, mesmo a partir de abordagens plurais, a retórica que conduz o emaranhado das reformas se dá através de discursos que tomam os professores como aqueles que precisam ser reformados, da oferta de um ensino de qualidade e da “constatação” de que a escola está sempre em crise na consecução de suas tarefas. A divulgação de índices obtidos nas avaliações em larga escala, considerados insatisfatórios, soma-se ao inconformismo da população diante dos problemas de ordem político-econômica enfrentados no país. Isso contribui para reforçar a demanda da sociedade civil por uma educação fundada no direito social, que considera a melhoria na qualidade do ensino um elemento central na democratização da participação dos cidadãos na vida coletiva.

Neste cenário, de acordo com Gondra (2018), um dos momentos em que a propagação de discursos reformistas torna-se evidenciada constitui-se nos períodos de exaustão dos esquemas postos em funcionamento, criando-se as condições de possibilidade para que as mudanças se apresentem como necessidades.

Nesse movimento que opera a partir da retórica da ineficácia dos modelos existentes, torna-se propositiva uma abordagem que problematize as reformas como *acontecimentos*, lançando-se ao exame das redes de circunstâncias que as fizeram emergir. Em relação à ideia de fracasso que geralmente acompanha as propostas renovadoras, cabe problematizar, em diálogo com Vidal (2007), as relações entre reforma educacional e mudança, muitas vezes pautadas na construção de uma representação hegemônica de escola, a despeito das disputas que caracterizam as ações e discursos dos diferentes sujeitos que a constituem. Isto porque, para



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

além da constatação da existência de uma crise em que tal instituição se encontraria e do esforço para reformá-la, deve-se ter em mente que o que está no cerne do debate é a definição do que seria a “educação ideal”.

Ciente da complexidade dessas relações, proponho como recorte o entendimento sobre as narrativas que vêm sendo atualizadas nos textos legais em âmbito nacional, em suas conexões com a produção científica realizada por pesquisadores-intelectuais do campo da educação. A confrontação das narrativas justifica-se pela problematização das prescrições, lutas, negociações, resistências, subversões e burlas (CHARTIER, 1990; THOMPSON, 1981) desencadeadas a partir, e em função, dos dispositivos legais e do cotidiano institucional escolar, cujo debate encontra-se intimamente ligado ao estudo sobre o papel desempenhado pela circulação de ideias no campo, tidos como estratégicos espaços de legitimação de saberes e de práticas educacionais em disputa.

3 SENTIDOS DAS REFORMAS NA PRODUÇÃO DE PESQUISADORES-INTELECTUAIS (2000-2014)

Para ampliar os debates sobre a produção de sentidos acerca da escolarização e da percepção das reformas como necessidades, discuto a vigência dos múltiplos significados em disputa que se manifestam no debate acadêmico. Para tanto, examino o comparecimento da temática nos trabalhos publicados nos sites da CAPES, ANPED, CBHE E SciELO². Tal estratégia argumentativa sustenta-se na consciência de que os posicionamentos assumidos pelos pesquisadores-intelectuais abrangem demandas, articulações, antagonismos, adesões parciais e hegemonia. Além disso, tomo como mútuas e permanentes as relações entre as ações de governo e os saberes que circulam nas instituições educativas.

Quanto aos acasos dos começos (FOUCAULT, 2011) que, de algum modo, produziram interferências na construção da análise, cabe destacar uma dificuldade inicial na coleta das fontes através do portal da CAPES: ao utilizar os descritores “Reformas educacionais anos 1990”, foram encontrados 203.368 trabalhos. Refletindo sobre como enfrentar o problema, procedi a uma leitura panorâmica, onde identifiquei uma tese em que a autora elaborou uma tipologia de estudos sobre as reformas educacionais pós-90 no Brasil (2000 a 2014). Sendo as

² Levantamento realizado entre os meses de agosto e dezembro de 2018.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

bases de dados por ela utilizadas as mesmas que elegi na pesquisa em andamento, com exceção dos trabalhos da SBHE, a tese de Borges (2016) auxiliou a redefinição do filtro das buscas, que passou a focar nos estudos publicados a partir de 2015³.

Na tese em questão, a autora se propôs a seguir um protocolo de seleção que pudesse ser replicável e abarcar o maior número de publicações, de modo a demonstrar que mesmo a ausência de alguns trabalhos não mudaria o panorama geral dos estudos. As mais de 500 pesquisas foram analisadas com o auxílio de *softwares*.

O levantamento revelou que, predominantemente, a literatura nacional consiste de ensaios e estudos de caso, com abordagem qualitativa sem preocupação de validação, e pouca presença de pesquisas empíricas (BORGES, 2016, p. 22-23). Para a análise dos principais conceitos utilizados, designou um conjunto de categorias com fins de codificação e comparação, a saber: Currículo, Gestão, Professores, Avaliações Externas, Financiamento, Políticas e Programas, Qualidade/ Equidade⁴. No geral, o tema mais recorrente foi “Professores”, seguido de “Gestão” e “Currículo”.

Os resultados indicaram a predominância da crítica às reformas, sobretudo a partir de ideias que a autora classifica como ideológicas ou dogmáticas (BORGES, p. 140), sobressaindo discussões contrárias ao sistema capitalista e ao modelo de Estado neoliberal.

Em relação ao eixo “professores”, prevaleceu a crítica ao modo como são vistos no processo de reformas, uma vez que são tidos como protagonistas mas, ao mesmo tempo, obstáculos, sendo responsabilizados e culpabilizados pelo insucesso dos alunos (BORGES, 2016, p. 85). Os estudos sobre a carreira focaram a precarização e intensificação do trabalho. No que se refere à formação, houve resistência ao termo “competências”.

Quanto à “gestão”, alguns defenderam que a descentralização característica das reformas teria favorecido a democracia na escola. Houve aqueles que acreditaram que, embora isso fosse possível, teria havido apenas a desconcentração de tarefas que o Estado não gostaria mais de administrar. Também foram discutidas as características do modelo vigente: gerencialismo, performatividade e padronização (BORGES, 2016, p. 119).

³ Foram selecionadas 82 fontes na CAPES, 9 artigos na SciELO, 16 trabalhos na ANPED e 4 no CBHE.

⁴ A escolha dessas categorias foi definida com base na literatura mobilizada pela autora, que indica serem esses os principais eixos que direcionaram a definição das estratégias reformistas a partir dos anos 1990.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

Sobre as “avaliações externas”, a autora enxergou dois grupos distintos: os que defendem a sua importância, diferindo quanto a detalhes de ordem mais técnica; e aqueles que negam sua existência para o campo educacional. Os argumentos transitaram entre a incapacidade de medir a aprendizagem através de números, ou de que esta não pode ser observada por meio de uma visão considerada simplista (BORGES, 2016, p. 131). No que se refere ao “financiamento”, identificou um consenso sobre a ideia de que a sua forma foi modificada em virtude da crise fiscal dos governos, alegando que houve uma redução a partir da década de 1990, porém a autora argumenta que as pesquisas que se debruçam sobre os orçamentos públicos não confirmam essa hipótese (BORGES, 2016, p. 142).

Em relação à “qualidade/equidade”, a maioria abordou a qualidade, com uma significativa discussão do próprio conceito, destacando-se a ideia de que o mesmo torna-se empobrecido quando resumido à medição através de testes padronizados. Quanto à produção sobre “Políticas/Programas”, na sua avaliação, persistiu uma análise ideológica, com críticas à participação de agências internacionais, à parceria público-privado e à descentralização. Muitos trabalhos defenderam que as políticas têm atuado na formação de um indivíduo produtivo e útil, em detrimento a um ser reflexivo (BORGES, 2016, p. 166).

Finalizando com “currículo”, frequentemente, os autores encontraram espaço para a discussão do sistema capitalista. Quando abordaram o uso do livro didático, ressaltam-no como instrumento de doutrinação; quando discutiram as concepções, destacaram o marco doutrinário neoliberal, ou discursaram sobre o que denominam “esvaziamento curricular”, induzido pela presença de testes padronizados (BORGES, 2016, p. 170).

Antes de prosseguir, para além de algumas divergências entre minhas próprias escolhas teórico-metodológicas e aquelas que autora optou para focar o fenômeno, concentrarei o exame desta tipologia naquilo que de estimulantes e convidativas as questões podem trazer para potencializar os debates e contribuir com a produção do conhecimento no campo da educação. Sendo assim, num sentido propositivo, acrescentarei as análises por mim realizadas acerca da produção nacional entre 2015 e 2018.

Iniciando pelas teses e dissertações, no que concerne ao tipo de pesquisa, a maioria foi dissertação (68%). Quanto ao ano de publicação, 2017 concentrou 41% da produção nacional. As regiões sul e sudeste reúnem a maioria das instituições formadoras, com um percentual de



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

36% e 31%, respectivamente. Ao realizar uma pesquisa nos currículos publicados na plataforma *lattes*, foi possível identificar alguma mudança quanto ao local onde esses sujeitos estão atuando em comparação às instituições formadoras. Ainda que as regiões sul (34%) e sudeste (24%) continuem concentrando a maioria, diversos profissionais atuam nas regiões nordeste (17%), centro-oeste (12%), e norte (8%).

Em relação ao nível de ensino e à função onde os mesmos desenvolvem suas atividades laborais⁵, 45% dos pesquisadores atua na educação básica na função docente; 41% trabalha com formação de professores; 19% exerce (ou exerceu) cargos de gestão na área.

No que se refere aos temas e objetivos dos estudos, diferentemente do período anterior, a maioria se debruçou sobre as Avaliações em larga escala (15%), seguido de Formação de professores/trabalho docente (14%) e de Políticas para o Ensino Médio (13%).

Para uma análise inicial das abordagens teórico-metodológicas utilizadas, procedi ao levantamento acerca das teorias mais citadas e dos assuntos mais aludidos como associados ao fenômeno. A maioria relacionou o movimento à emergência de avaliações em larga escala (29%); já 28% abordou a existência de diferentes concepções de qualidade educacional em disputa. Nas pesquisas que apontaram mudanças na política educacional como fruto da reforma do Estado (18%), houve a ênfase na emergência de um modelo gerencial, pautado no controle e na administração de resultados.

Já na base SciELO, os temas e objetivos mais discutidos foram a “relação público/privado” e as “avaliações em larga escala”. Quanto à abordagem teórico-metodológica, 66% dos artigos versaram sobre a influência do grande capital e da lógica mercantil nos contornos assumidos pelo movimento.

Nos congressos da ANPED e SBHE foi possível identificar a predominância dos temas “Base Nacional Comum Curricular”, “Educação Integral” e “Formação/trabalho docente”. Quanto à abordagem teórico-metodológica, sobressaíram as análises sobre os efeitos das reformas no currículo (33%), sobre a produção e circulação do discurso (22%) e, por fim, os que objetivaram mapear a produção acadêmica (16%).

⁵ Diversos sujeitos atuam em mais de um nível/função.



XII ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

4 CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos, há que se considerar uma postura investigativa que vem ganhando força no país: aquelas que realçam os entrelaçamentos entre as dimensões prescritivas de governo e certa imprevisibilidade das práticas concretas dos sujeitos sociais. Nesse sentido, destaco o quantitativo de teses e dissertações que procuraram relacionar o movimento reformista mais amplo à emergência de políticas públicas específicas (54%), o que pode sinalizar para a superação das concepções que primam pela homogeneização entre pressupostos e efeitos de todas as políticas educacionais.

Ainda que em muitas pesquisas as reformas tenham sido interpretadas como consequência dos reordenamentos político-econômicos globais, alguns estudos realizaram a variação das escalas de observação (REVEL, 1998), tais como aqueles que analisaram comparativamente as reformas brasileiras e estrangeiras (7%) ou abordaram as reformas nacionais confrontando-as aos contornos assumidos nos diferentes estados (30%). Também tem crescido o interesse em analisar o discurso como elemento que atua na construção do fenômeno. Tal perspectiva vai ao encontro das concepções que partem da consciência de que, para funcionar, as reformas precisam encontrar justificativa e respaldo nos costumes, de forma que consigam persuadir os sujeitos acerca de sua importância e/ou necessidade (THOMPSON, 1987).

Nesse sentido, o estudo sobre as estratégias e procedimentos utilizados na construção de consensos, aliados à compreensão das racionalidades que sustentam os enunciados das propostas também podem ser considerados como caminhos promissores, especialmente se estiverem relacionados ao debate travado no campo acadêmico como espaço que também atua na produção de regimes de verdade (FOUCAULT, 1999). Tal postura investigativa contribui para a compreensão das reformas contemporâneas como práticas que envolvem saberes e poderes em permanente disputa na arena política, econômica, social e, não menos importante, educacional.

ABSTRACT

Starting from the question about how the educational field has produced and interpreted the phenomenon of Brazilian educational reforms since the 1990s, the article aims to examine the attendance of the subject in the publications made by intellectual-researchers from 2000 to 2018. Going beyond analyzes that interpret them strictly in terms of success or failure, I propose



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

to construct an intelligibility for social struggles by the definition of the ideal school (VIDAL, 2007), which has been constantly updated and presents itself in the clashes around legislation. In this sense, as important as emphasizing governmental intentions, it seems to be a concern to emphasize that these processes are marked by procedures of resistance, tension, partial adhesion, and appropriation that emerge from the experiences of social subjects (CHARTIER, 1990, Thompson (1981). In order to problematize these experiences, I use as sources the theses and dissertations published by CAPES, the annals of the congresses of ANPED and SBHE, and the articles made available in the SciELO database. The confrontation of these narratives is justified by the problematization of the struggles triggered by legal devices and school daily life, whose debate is linked to the role played by the circulation of ideas in the field, considered as a space for legitimizing knowledge and educational practices in dispute. The survey revealed that, predominantly, the national literature consists of essays and case studies. There has been growing concern with large-scale evaluations, teacher / teacher training, and policies for secondary education. Research that relates the broader reformist movement to the emergence of specific policies has been gaining strength, which may signal the overcoming of the conceptions that homogenize the assumptions and effects of all educational policies. Some studies have related Brazilian and foreign reforms or confronted the national reforms to the contours assumed in the different States. It has increased the concern to analyze the discourse as an element that acts in the construction of the phenomenon, starting from the awareness that, in order to work, the reforms need to find justification and support in the customs (THOMPSON, 1987). In a conclusive way, I point out that the study of the strategies used in the search for consensus building, together with the understanding of the rationalities that support the proposals of the renewal proposals, contribute to the understanding of the reforms as practices that involve knowledge and powers in permanent dispute in the arena political, economic, social and educational.

Keywords: Educational reforms. Ideal school. Intellectual researchers.

REFERÊNCIAS

BORGES, Aline Danielle Batista. **O movimento de reformas educacionais pós-90 e as ideias predominantes no Brasil:** a construção de uma tipologia dos estudos. Tese (Doutorado em Educação) – Rio de Janeiro/RJ: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRJ, 2016.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Bertrand Brasil, 1990.

CORREA, Rubem Arantes. Os intelectuais: questões históricas e Historiográficas – uma discussão teórica. **SÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA** [33]; João Pessoa, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/27733>. Acesso em: 02 abr. 2018.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A retórica das reformas. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. NASCIMENTO, Cecília Vieira. SANTOS, Marineide Lopes (Orgs.). **Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. 29. ed. São Paulo: Graal, 2011.

GONDRA, José Gonçalves. **A emergência da escola**. São Paulo: Cortez, 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Os intelectuais e a educação – abordagem histórica e biográfica. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 41, p. 61-85, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10158>. Acesso em: 02 abr. 2019.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SILVA, José Cláudio Sooma. O uso público da palavra: sobre a atuação dos intelectuais brasileiros nos séculos XIX e XX. In: VAGO, Tarcísio Mauro; INÁCIO, Marcilaine Soares; HAMDAN, Juliana Cesário; SANTOS, Hércules Pimenta dos (Orgs.). **Intelectuais e Escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: **Por uma história política** [Direção de] René Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. São Paulo: Zahar Editores, 1981.

VIDAL, Diana Gonçalves. O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita (Rio de Janeiro, 1927-1930). **Ed. Foco**, n. Especial, p.11-24 - mar/ago 2007.